

PODER

Após o ministro Flávio Dino, do STF, bloquear recursos, Câmara faz retaliação e adia a votação da reforma tributária e rejeita a MP que abria crédito extra ao Judiciário

Parlamentares reagem a veto de emendas Pix

» EVANDRO ÉBOLI
» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, na tarde de ontem, o repasse de todas as emendas impositivas, incluindo as emendas Pix — que não possuem transparência —, estão sendo pagas sem transparência pela União. A decisão que poderia favorecer o Executivo na gestão orçamentária teve uma resposta imediata dos parlamentares nada favorável tanto para o Executivo quanto para o Judiciário.

Logo após o anúncio da decisão que põe um freio na farra das emendas sem uma fiscalização maior do uso de recursos, parlamentares adiaram a conclusão da votação da reforma tributária que estava prevista na Câmara dos Deputados. Com isso, uma pauta de grande importância para o Executivo fica travada em retaliação aos demais Poderes.

Em seguida, em reação ao Supremo, os parlamentares abriram uma sessão extraordinária na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para votarem uma medida provisória que abria R\$ 1,3 bilhão de créditos extras para o Judiciário, MP 1238/2024.

A sessão da CMO foi decidida após uma reunião de líderes com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). No encontro, o tom era de reação ao bloqueio de Dino nos recursos das emendas impositivas até que novas regras de transparência e rastreabilidade sejam criadas.

Lira também chegou a se reunir, na tarde de ontem, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que teria ido ao encontro do presidente da Câmara para agradecer a aprovação do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, que acabou não ocorrendo. Não há previsão de quando os deputados concluirão a votação dos destaques da reforma.

“Reação intempestiva”

Ao defender a rejeição da MP do crédito extra para o Judiciário, o relator da matéria na CMO, deputado Cabo Gilberto (PL-PB), argumentou que a razão de negar a medida provisória é que sua edição não cumpre os critérios de urgência e relevância exigidos para destinação de verba extraordinária.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que votou contra a derrubada da MP, disse que se tratou de uma “reação intempestiva” ao STF. “A reunião de emergência dessa CMO considerou o fato político. É uma resposta política a um ministro do STF. O Parlamento precisa dar uma resposta, mas não esta. Temos responsabilidade. Os presidentes Lira e (Rodrigo) Pacheco

Mário Agra/Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Arthur Lira, reuniu-se com líderes antes de sessão da CMO que rejeitou MP



A reunião de emergência dessa CMO considerou o fato político. É uma resposta política a um ministro do STF. O Parlamento precisa dar uma resposta, mas não esta. Temos responsabilidade”

Orlando Silva, deputado federal (PCdoB)

(do Senado) precisam se reunir e buscar o diálogo com o Judiciário para evitar uma escalada. É uma reação intempestiva, que não ajuda”, disse Orlando Silva.

O relator da MP negou e afirmou que seu voto foi “técnico” e não de represália ao STF.

“Não é uma retaliação. Faltaram os pressupostos constitucionais de relevância e urgência”, disse.

Do crédito extraordinário da MP já estavam empenhados, prontos para serem pagos, R\$ 870 milhões para a Justiça do Trabalho, R\$ 450 milhões para a Justiça Federal e R\$ 6 milhões ao STF.

Orlando Silva foi o único deputado da CMO a votar contra a derrubada da MP e nenhum senador da comissão se posicionou contrário.

Bloqueio

De acordo com a decisão de Dino, os envios de valores indicados por deputados e senadores para ações nos estados e municípios ficam interrompidos até nova decisão da Corte. O ministro destacou no despacho que a suspensão ocorre em razão da falta de transparência, rastreabilidade e eficiência sobre os recursos. No entanto, a determinação

não será aplicada em alguns casos. “Ficam ressaltados, no entanto, os recursos destinados a obras já iniciadas e em andamento ou a ações para atendimento de calamidade pública formalmente declarada e reconhecida”, informou o Supremo.

Vale lembrar que, conforme levantamento sobre as emendas Pix feito pela Transparência Brasil e divulgado pela GloboNews, menos de 1% dos R\$ 8,2 bilhões autorizados no Orçamento deste ano contém alguma informação quanto ao beneficiário, como prefeituras ou governos estaduais, e como ou em que obra o dinheiro será investido.

A decisão é individual e precisará passar pelo crivo do plenário do Supremo. A medida foi tomada por Dino na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em que o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) questiona dispositivos das emendas constitucionais que tornaram obrigatória a execução das emendas parlamentares individuais e de bancada.

Na avaliação do ministro, o rito definido para o repasse às emendas constitucionais “tira grande parte da liberdade de decisão do Poder Executivo sobre a

implementação de políticas públicas e transforma os membros do Poder Legislativo em uma espécie de coordenadores de despesas”.

“Orçamento arbitrário”

Flavio Dino também afirmou que o repasse de emendas deve se atentar às regras previstas na Constituição. “Vale sublinhar: o ‘Orçamento Impositivo’ não deve ser confundido com ‘Orçamento Arbitrário’. O espaço de discricionariedade ínsito a diversos aspectos da atuação pública não pode dar lugar à arbitrariedade, que desconsidere a disciplina constitucional e legal aplicável à matéria”, destacou a decisão.

Para o magistrado, as regras definidas para viabilizar os repasses invadem competência do governo e, por isso, violam a cláusula pétrea da separação dos Três Poderes.

“A execução de emendas impositivas fica sustada até que os Poderes Legislativo e Executivo, em diálogo institucional, regulem os novos procedimentos conforme a presente decisão, sem prejuízo de obras efetivamente já iniciadas e em andamento, conforme atestado pelos órgãos administrativos competentes, ou de ações para atendimento de calamidade pública formalmente declarada e reconhecida”, escreveu Dino, no despacho.

As emendas Pix ocuparam o vácuo do “orçamento secreto” — que ampliou os valores das emendas de relator do Orçamento, as RP9 — no governo Jair Bolsonaro (PL) e também eram famosas pela falta de transparência na destinação e na falta de fiscalização do emprego dos recursos dos contribuintes.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Agora é Moraes que precisa se justificar

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), saiu em defesa do ministro Alexandre de Moraes, a propósito de reportagens publicadas pela *Folha de S.Paulo* na última terça-feira, na qual o ministro é apontado como autor de mensagens não oficiais que ordenaram à Justiça Eleitoral produzir relatórios com objetivo de embasar suas decisões no inquérito das fake news, o que seria ilegal. Segundo Barroso, “a ideia de que as iniciativas foram tomadas à margem da lei é equivocada”.

Nos bastidores, a denúncia foi o assunto da abertura da sessão do Supremo. Segundo as reportagens de Fábio Seppião e Glenn Greenwald, as trocas de mensagens entre o gabinete de Alexandre de Moraes no STF e o órgão de combate à desinformação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), à época sob seu comando, indicam que os alvos de investigação eram previamente escolhidos pelo ministro ou por seu juiz assessor. Greenwald, jornalista norte-americano radicado no Brasil, é o mesmo que denunciou as relações promíscuas entre o então juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, e os procuradores federais da força-tarefa da Lava-Jato.

Os relatórios eram refeitos quando não ficavam sob medida para decisões do ministro Moraes, como multas ou bloqueios de contas e redes sociais. As mensagens foram trocadas entre Aírton Vieira, juiz instrutor do gabinete de Moraes no STF; Marco Antônio Vargas, juiz auxiliar de Moraes durante sua presidência no TSE; e Eduardo Tagliaferro, então chefe da AEED (Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação). Esse órgão que era subordinado a Moraes na Justiça Eleitoral.

O gabinete de Moraes no STF teria utilizado a estrutura do TSE para produzir relatórios contra cerca de 20 aliados de Bolsonaro. Um dos alvos foi o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu filho. Conversas de novembro de 2022 entre Marco Antônio Vargas e Tagliaferro mostram o pedido para relacionar o parlamentar com o argentino Fernando Cerimedo, que disseminava fake news sobre a segurança das urnas eletrônicas.

“Ele quer pegar o Eduardo Bolsonaro”, “A ligação do gringo com o Eduardo Bolsonaro”, escreveu o juiz, em 4 de novembro. “Será que tem?”, respondeu Tagliaferro. Na manhã seguinte, voltaram ao tema: “Tem um vídeo do Eduardo Bolsonaro com a bandeira do jornal que fez a live de ontem, conseguimos aí relacionar ele àquilo”, informou Tagliaferro. “Bom dia! Que beleza”, respondeu o juiz auxiliar de Moraes.

Bumerangue

As mensagens foram trocadas de agosto de 2022, no período eleitoral, a maio de 2023, ou seja, após o 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram e depredaram os palácios dos Três Poderes, em Brasília. Tagliaferro negou a não conformidade. “Cumprí todas as ordens que me eram dadas e não me recordo de ter cometido qualquer ilegalidade”, disse.

Presidente do Supremo, Barroso expressou a opinião majoritária entre os pares, mas certamente há vozes discordantes. “Todas as informações que foram solicitadas pelo ministro Alexandre de Moraes referiam-se a pessoas que já estavam sendo investigadas. Informações voltadas à obtenção de dados referentes a condutas de reiteração de ataques à democracia e de ataques de ódio”, justificou. Segundo o presidente do STF, diversas determinações, requisições e solicitações foram feitas a inúmeros órgãos, inclusive, ao TSE, que, “no exercício do poder de polícia, tem competência para a realização de relatórios”.

O ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, também se manifestou: “A ideia de que as iniciativas foram tomadas à margem da lei é equivocada”. Disse que “a censura que tem sido dirigida” a Moraes parte de setores que buscam “enfraquecer a atuação do Judiciário e, em última análise, fragilizar o Estado Democrático de Direito”. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também defendeu o ministro e elogiou a “diligência, coragem, assertividade e retidão” nas manifestações, decisões e no modo de conduzir os processos.

As críticas sobre a atuação coordenada do ministro nas duas Cortes recrudesceram. Nos meios jurídicos, muitos questionam a condução dos processos por Moraes, principalmente depois que acumulou as investigações no TSE e compartilhou provas com o inquérito criminal. O ministro agora é acusado de exorbitar nos seus poderes. Parlamentares da oposição se mobilizam para pedir seu impeachment no Senado e aprovar uma anistia para os envolvidos no 8 de janeiro. É um efeito bumerangue.

VIVER COM PRATICIDADE ao sul da Asa Sul

2 e 3 quartos 57 m² a 127 m²
Coberturas lineares e duplex 70 m² a 125 m²

NESTE SÁBADO

PaulOOctavio®



ACCESSE E SAIBA MAIS